



Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Cantagalo  
Secretaria Municipal de Governo

## PUBLICADO

Jornal Leopoldo notícias  
Edição 240 PG: 4  
Data 02/09/15 a 03/09/15



28/09/15  
Rúbrica

### LEI Nº 1.273/2015.

ALTERA A LEI Nº 1.104/2012, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**PREFEITO MUNICIPAL DE CANTAGALO-RJ, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ASSIM SANCIONA A SEGUINTE LEI:**

**Art. 1º.** O art. 37 e o § 2º da Lei nº 1.104/2012, passam a vigorar com as seguintes alterações:

Artigo 37 - Fica Criado o Conselho Tutelar do Município de Cantagalo, órgão autônomo. Permanente e não jurisdicional, **vinculado à secretaria Municipal de Assistência Social**, encarregado pela Sociedade de zelar pelo cumprimento dos Direitos da criança e do Adolescente.

§ 1º .....

§ 2º - O conselho Tutelar do Município de Cantagalo é composto de cinco membros, escolhidos pela **população** local para mandato de **quatro anos**, permitida uma recondução, **mediante novo processo de escolha**.

§ 3º .....

**Art. 2º.** O art. 39 da Lei nº 1.104/2012, passa a vigorar acrescido do parágrafo único e com as seguintes alterações:

Artigo 39 - **Na Função de Conselheiro Tutelar** é vedado o exercício concomitante de qualquer outra atividade publica, de acordo com o Artigo 37 da CF.

**Paragrafo único :** O exercício efetivo da Função de Conselheiro Tutelar, constituirá serviço publico relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.



Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Cantagalo  
Secretaria Municipal de Governo



**Art. 3º.** O art. 51 da Lei nº 1.104/2012, passa a vigorar com a seguinte alteração:

**Artigo 51 - O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, ocorrerá em data unificada em todo território nacional a cada 4 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial, sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a Fiscalização do Ministério Público.**

**Art. 4º.** O artigo 53 da Lei nº 1.104/2012, passa a vigorar acrescido de parágrafo único.

**Artigo 53 - .....**

**I - .....**

**II - .....**

**III - .....**

**Paragrafo único: No Processo de escolha dos Membros do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brinde.**

**Art. 5º.** O art.60 da Lei nº 1.104/2012, passa a vigorar com a seguinte alteração:

**Artigo 60- Após proclamação do resultado, o chefe do poder executivo local nomeará e dará posse aos conselheiros tutelares escolhidos no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.**

**Art.6º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 17 de junho de 2015.

  
**SAULO DOMINGUES GOUVEA**  
**PREFEITO**